



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Faculdade de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 3D - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: 3239-4226 - www.fadir.ufu.br



PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	Direito Constitucional III (Organização do Estado e Poderes)					
Unidade Ofertante:	Faculdade de Direito					
Código:	FADIR31302	Período/Série:	3	Turma:	A e J	
Carga Horária:			Natureza:			
Teórica:	60	Prática:		Total:	60	Obrigatória() Optativa()
Professor(A):	Naiara Aparecida Lima Vilela			Ano/Semestre:	2026/1	
Observações:						

2. EMENTA

Estado federativa. Os componentes da federação. Sistemas de crise constitucional. Os órgãos estatais e as funções constitucionais.

3. JUSTIFICATIVA

Conforme os princípios e fundamentos da concepção teórico-metodológica do PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO da UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA,

considerando que a sociedade, hoje tão competitiva, demanda profissionais flexíveis e com capacidade de adaptação às novas realidades, em que o mundo globalizado exige não

somente rapidez na interpretação geral dos problemas e suas respectivas soluções, mas também capacidade para a análise crítica, criatividade, adaptabilidade às situações inusitadas, iniciativa para a realização de pesquisa, relacionamento cooperativo e integrado, com vistas a aprimorar a qualidade de vida dos cidadãos, o Direito Constitucional III caminhará entre a necessidade de implantação e obediência a um currículo que valorize a ecologia dos saberes, bem como a realidade do cotidiano refletida pela vivacidade do Direito acolhido, num processo educativo integrado e dinâmico.

4. OBJETIVO

Objetivo Geral:

Desenvolver no aluno a capacidade de interpretação e aplicação das normas constitucionais sobre os órgãos estatais de estatura constitucional e das normas constitucionais sobre a estrutura federativa; desenvolver a capacidade interpretativa do sistema constitucional como organizador do poder e da estrutura do Estado. Apresentar ao estudante a estrutura organizacional do Estado em termos de exercício de funções. Estudar cada um dos Poderes do Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário, além das Funções Essenciais à Justiça, e do Sistema de Crise Constitucional. Estimular o aluno a entender a dinâmica constitucional, acompanhando e analisando o posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca das funções estudadas. Apresentação, inicial, sobre a estrutura do Estado Federal, Princípios e Fundamentos da República.

Objetivos Específicos:

1. Federação
 - 1.1 A forma federativa
 - 1.2 Princípios da federação
 - 1.3 Componentes da federação
 - 1.4 Possibilidades de transformações na estrutura federativa
 - 1.5 Vedações na federação
 - 1.6 Descentralizações administrativas na federação
 - 1.7 Distribuição de competências na federação
 - 1.8 Organização dos poderes na federação
 - 1.9 Os bens da federação
2. A participação das funções estatais
 - 2.1 A partição das funções estatais
 - 2.2 Órgãos estatais (tripartição clássica e estrutura dos vários órgãos estatais)
3. A função normativa
 - 3.1 A função normativa
 - 3.2 A estrutura do Legislativo
 - 3.3 Garantias dos membros do Legislativo
 - 3.4 Produção normativa (processo)
 - 3.5 Competências do Legislativo
 - 3.6 Sistema de sanções parlamentares
 - 3.7 Atividade fiscalizadora do Parlamento (os Tribunais de Contas)
4. A função Administrativa
 - 4.1 A função administrativa
 - 4.2 A estrutura da Administração Pública na Federação
 - 4.1 Especificidades de garantias do governo
5. A função judicial
 - 5.1 A função judicial
 - 5.2 A estrutura do Judiciário
 - 5.3 Controle de constitucionalidade na estrutura do Judiciário
 - 5.4 Judiciário da União e Judiciário dos Estados
 - 5.5 Garantias e justiça
6. Funções essenciais à justiça
 - 6.1 Funções essenciais à justiça
 - 6.2 Ministério Público e funções
 - 6.3 Ministério Público da União e dos Estados
 - 6.4 Garantias e vedações dos membros do Ministério Público; Defensoria Pública; Advocacia (pública e privada);
7. Sistema de Crises Institucionais
 - 7.1 Sistema de crises institucionais
 - 7.2 Crise federativa e a intervenção
 - 7.3 Intervenção federal
 - 7.4 Intervenção estadual
 - 7.5 Especificidade da representação interventiva
 - 7.6 Estado de Defesa
 - 7.7 Estado de Sítio
 - 7.8 Limitações aos direitos fundamentais
 - 7.9 Excepcionalidade das crises
 - 7.10 Processo de decretação
 - 7.11 Controle de medidas

5. PROGRAMA

SEMANAS	PERÍODO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1	27/04/2026	Apresentação do Plano de Ensino e Noções Introdutórias.
2	04/05/2026	Federação; A forma federativa; Princípios da federação; Componentes da federação.
3	11/05/2026	Possibilidades de transformações na estrutura federativa; Vedações na federação; Descentralizações administrativas na federação; Distribuição de competências na federação; Organização dos poderes na federação; Os bens da federação.
4	18/05/2026	A participação das funções estatais; Órgãos estatais (tripartição clássica e estrutura dos vários órgãos estatais). Atividade avaliativa em grupo.
5	25/05/2026	A função normativa; A estrutura do Legislativo; Garantias dos membros do Legislativo; Produção normativa (processo).
6	01/06/2026	PROVA 1
7	08/06/2026	Produção normativa (processo); Competências do Legislativo; Sistema de sanções parlamentares; Atividade fiscalizadora do Parlamento (os Tribunais de Contas).
8	15/06/2026	A função Administrativa; A estrutura da Administração Pública na Federação; Especificidades de garantias do governo.
9	22/06/2026	A função judicial; A estrutura do Judiciário; Controle de constitucionalidade na estrutura do Judiciário; Judiciário da União e Judiciário dos Estados; Garantias e justiça.
10	29/06/2026	Funções essenciais à justiça; Ministério Público e funções; Ministério Público da União e dos Estados; Garantias e vedações dos membros do Ministério Público; Defensoria Pública; Advocacia (pública e privada). Atividade avaliativa em grupo.

11	06/07/2026	Sistema de Crises Institucionais; Crise federativa e a intervenção; Intervenção federal; Intervenção estadual; Especificidade da representação interventiva. Estado de Defesa; Estado de Sítio; Limitações aos direitos fundamentais; Excepcionalidade das crises; Processo de decretação; Controle de medidas.
12	13/07/2026	PROVA 2
13	20/07/2026	Prova escrita de recuperação e Vista de notas.
14	27/07/2026 a 07/08/2026	Período destinado a outras atividades acadêmicas.
15	08/08/2026	Término do semestre letivo 2026/1

6. METODOLOGIA

A disciplina funcionará na modalidade de aulas expositivas com questões semanais para fixação de conteúdo. Além disso, para melhor aprofundamento do conteúdo contará com atividades em grupo em sala de aula.

7. AVALIAÇÃO

As avaliações se darão da seguinte forma:

- Atividade avaliativa em grupo: 20 pontos (18/05/2026)
- Prova 1: 30 pontos (01/06/2026)
- Atividade avaliativa em grupo: 20 pontos (29/06/2026)
- Prova 2: 30 pontos (13/07/2026)
- Recuperação: 20/07/2026

8. BIBLIOGRAFIA

Básica

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

Ferraz, Anna Candida da Cunha; MACHADO, Costa. CONSTITUÇÃO Federal interpretada:

artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 14. ed. São Paulo: Manole, 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel Francisco. Curso de

direito constitucional. 10. ed. rev., atual. e ampl São Paulo: Saraiva, 2021.

Complementar

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito constitucional didático. 4. ed. rev. e atual. Belo

Horizonte: Del Rey, 1996.

FERNANDES, Ricardo Vieira de Carvalho. Jurisprudência do STF: anotada e comentada. São

Paulo: Método, 2009.

FERREIRA, Olavo Alves. Sistema constitucional das crises: restrições a direitos fundamentais. São Paulo: Método, 2009. (Coleção Professor Gilmar Mendes, 12).

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional.

8. ed. rev. Atual São Paulo; Brasília: Saraiva: IDP, 2013.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 37. ed., rev. e atual. São

Paulo: Malheiros, 2014.

9. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ___/___/___

Coordenação do Curso de Graduação: _____



Documento assinado eletronicamente por **Naiara Aparecida Lima Vilela**, **Professor(a) Substituto(a) do Magistério Superior**, em 05/05/2026, às 19:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7285700** e o código CRC **52A209F9**.

Referência: Processo nº 23117.024604/2026-87

SEI nº 7285700